



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III – GUARABIRA/PB
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

JÚLIA TEREZA DUARTE DE OLIVEIRA

**A URBANIZAÇÃO DA PARAÍBA NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX :
TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E ESPACIAIS EM UM CONTEXTO DE
MODERNIZAÇÃO**

GUARABIRA – PB

2024

JÚLIA TEREZA DUARTE DE OLIVEIRA

**A URBANIZAÇÃO DA PARAÍBA NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX:
TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E ESPACIAIS EM UM CONTEXTO DE
MODERNIZAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento do Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de graduada em História.

Área de concentração: História da Paraíba.

Orientadora: Prof. Dr. Cristiano Luis Christillino.

GUARABIRA – PB

2024

FICHA CATALOGRÁFICA

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto em versão impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que, na reprodução, figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

O48u Oliveira, Júlia Tereza Duarte de Oliveira.
A urbanização da Paraíba no final do século XIX e início do século XX [manuscrito] : transformações socioeconômicas e espaciais em um contexto de modernização / Julia Tereza Duarte de Oliveira Oliveira. - 2024.
20 f. : il. color.

Digitado.

Artigo Científico (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2024.

"Orientação : Prof. Dr. Cristiano Luís Christillino, Departamento de História - CH".

1. Modernização. 2. Urbanização. 3. Paraíba. 4. Cidade de João Pessoa. 5. Organização Urbana. I. Título

21. ed. CDD 981.33

JÚLIA TEREZA DUARTE DE OLIVEIRA

**A URBANIZAÇÃO DA PARAÍBA NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX:
TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E ESPACIAIS EM UM CONTEXTO DE
MODERNIZAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento do Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de graduada em História.

Área de concentração: História da Paraíba.

Aprovada em: __18 / __11 / __2024__.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cristiano Luis Christillino (Orientador)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Profa. Dra. Mariângela Vasconcelos Neves(1º examinador/a)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Mani ângel de las con abas de us

Profa. Dra. Naiara Ferraz Bandeira Alves^{2º} examinador/a)

Naiara Ferraz Bandeira Alves.

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha imensa gratidão a todos que, de alguma forma, contribuíram para a conclusão da minha graduação em História na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

Primeiramente, agradeço ao meu orientador, professor (Cristiano Luis), por sua orientação, paciência e dedicação ao longo desta jornada acadêmica. Sua expertise e apoio constante foram fundamentais para o sucesso deste trabalho.

Agradeço também à banca de defesa, composta por professores competentes e dedicados, cujos comentários e sugestões enriqueceram ainda mais esta pesquisa. Suas críticas construtivas e encorajamento foram essenciais para o aprimoramento do meu trabalho e para meu crescimento como professor.

À minha família, que sempre esteve ao meu lado, ofereço meus sinceros agradecimentos. Seu amor, suporte incondicional e palavras de incentivo foram a base que me sustentou nos momentos mais desafiadores. Agradeço especialmente aos meus pais, que sempre acreditaram em meu potencial e me proporcionaram todas as oportunidades para que eu pudesse alcançar meus objetivos.

Meus amigos ao Campus III da UEPB, com quem compartilhei risos, estudos e muitos momentos inesquecíveis, também merecem um agradecimento especial, (não vou citar nomes pra não esquecer de ninguém). Nossa amizade e camaradagem tornaram essa trajetória muito mais leve e agradável. A vocês, meu sincero obrigado por toda a parceria e apoio durante esses anos de graduação.

Por fim, agradeço a Deus, cuja força e sabedoria me guiaram por todo este percurso, e ao meu esposo(Geraldo Filho), cujo amor e compreensão foram uma fonte constante de motivação. Seu apoio inabalável e paciência nos momentos difíceis foram vitais para que eu pudesse chegar até aqui. A todos vocês, deixo minha eterna gratidão por serem parte essencial desta conquista.

SUMÁRIO

A URBANIZAÇÃO DA PARAÍBA NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX: TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E ESPACIAIS EM UM CONTEXTO DE MODERNIZAÇÃO

URBANIZATION OF PARAÍBA IN THE LATE 19TH AND EARLY 20TH CENTURIES: SOCIOECONOMIC AND SPATIAL TRANSFORMATIONS IN A CONTEXT OF MODERNIZATION

Júlia Tereza Duarte de Oliveira*

RESUMO

Este artigo científico tem o objetivo analisar o processo urbanístico paraibano durante o período final do século XIX e início do século XX, um momento marcado por intensas transformações socioeconômicas e espaciais as quais marcaram a transição de um país predominante rural para uma sociedade com centros urbanos em desenvolvimento. O estudo examina como essas mudanças impactaram a organização urbana, as relações sociais e a dinâmica econômica, com o foco na cidade de João Pessoa. A pesquisa utiliza fontes documentais e bibliográficas para traçar um panorama da urbanização paraibana nesta era crucial de sua história.

Palavras-chaves: modernização; urbanização; Paraíba.

ABSTRACT

This scientific article aims to analyze the urban process in Paraíba during the late 19th century and early 20th century, a moment marked by intense socioeconomic and spatial transformations which marked the transition from a predominantly rural country to a society with urban centers. developing cities. The study examines how these changes impacted urban organization, social relations and economic dynamics, focusing on the city of João Pessoa. The research uses documentary and bibliographical sources to outline an overview of Paraíba's urbanization in this crucial era in its history.

Keywords: modernization; urbanization; Paraíba.

1. INTRODUÇÃO

O processo urbanístico no final do século XIX, representou um momento de profundas transformações, marcando a transição de um país predominantemente rural para uma sociedade com grandes centros urbanos. Esse período foi influenciado por eventos nacionais e internacionais, como a abolição da escravidão (1888), a qual trouxe uma reorganização do trabalho; a Proclamação da República (1889), que promoveu a introdução de novas ideias políticas; e a expansão agroexportadora, voltada principalmente para a produção de açúcar e algodão que foi responsável por impulsionar a modernização tanto das áreas rurais quanto as urbanas.

No século XIX, o desenvolvimento e investimento eram centrados em cidades portuárias e provinciais. Cidades como Rio De Janeiro, Salvador, São Paulo e Recife emergiram como centros urbanos devido a sua importância política e econômica. O Rio De Janeiro como a capital do império (1808), tornou-se um verdadeiro centro de atenção com reformas e investimentos, os quais foram de forma desordenadas o qual trouxe desafios significativos.

A falta de planejamento urbano resultou na construção de favelas e na intensificação da desigualdade social, enquanto a infraestrutura inadequada gerou problemas de saneamento e mobilidade. Essa situação refletia não apenas a expansão urbana, mas também as profundas desigualdades que se estabeleceram na sociedade brasileira.

A urbanização ganhou destaque nas regiões Sul e Sudeste do país, enquanto o Norte e o Nordeste, tendo cidades importantes como Salvador e Recife não tiveram o mesmo ritmo de crescimento. Inicialmente São Paulo era uma pequena cidade provincial com economia voltada para a produção agrícola voltada para o mercado interno. No entanto, diversos fatores contribuíram para as transformações da cidade em um importante centro urbano ao longo do século. Ao final do século XIX, São Paulo já apresentava os sinais de uma metrópole em ascensão, com uma economia pujante, uma população crescente e uma infraestrutura urbana que começava a se desenvolver para atender às demandas desse crescimento acelerado.

Já no estado da Paraíba o processo de urbanização no século XIX, foi bastante distinto do qual ocorreu em outras regiões mais desenvolvidas do Brasil. Foi caracterizado por um processo lento e restrito com as cidades mais como apoio das produções rurais do que como centros urbanos. Isso começa a mudar no século XX, com a modernização da economia e os grandes avanços da organização social, política e econômica. A cidade de João Pessoa conhecida como Paraíba do Norte até 1930, era o principal núcleo urbano da província embora o seu crescimento em comparação a outras capitais era modesta, vilas como Areia, Mamanguape e Pombal estavam se desenvolvendo com funções econômicas, mas ainda predominava características de centros rurais

Este artigo tem como objetivo analisar a urbanização da Paraíba no final do século XIX, investigando as transformações socioeconômicas e espaciais que moldaram as cidades nesse período. A pesquisa se concentra nas cidades de João Pessoa, então capital da província, e Campina Grande, importante centro comercial e industrial em ascensão. Busca-se compreender como a modernização impactou a organização urbana, as relações sociais e a dinâmica econômica, contribuindo para a formação da sociedade paraibana contemporânea.

1. A MODERNIZAÇÃO E A EXPANSÃO URBANA

O conceito de urbanização não se restringe ao crescimento físico dos artefatos, as cidades ou seus prolongamentos materiais pelo meio geográfico circundante. Compreende também, a difusão das subjetivações desenvolvidas no interior das cidades pelas outras cidades e pelos meios geográficos circundantes (Gonçalves, 1995 apud Pinheiro, 2007, p. 61).

A problemática da urbanização vai além do estudo territorial, incluindo também as formas de pensar e agir desenvolvidas nas cidades, que se espalham para outras áreas e para o ambiente ao redor. Entendida assim, a urbanização não é apenas um processo material, mas envolve também aspectos culturais e sociais. A urbanização no Brasil passou por várias fases, refletindo as mudanças sociais, políticas e econômicas desde o período colonial até os dias atuais. No final do século XIX e início do século XX, houve um esforço para consolidar a noção de modernidade, o que impulsionou o processo de urbanização.

No século XIX, o Brasil era um país essencialmente rural. A nossa economia baseava-se principalmente nas exportações de produtos agrícolas, o carro chefe das nossas vendas aos países estrangeiros era o café, seguido do açúcar, do algodão, das drogas dos sertões, de madeiras, de couros e também da erva-mate. Mas nosso mercado interno era também bastante aquecido e a produção de alimentos para o abastecimento interno, além da pecuária e seus subprodutos, tinham um importante espaço nas atividades nas quais estavam envolvidos milhões de trabalhadoras e trabalhadores. Nas últimas décadas do século XIX, a maioria da população brasileira estava dedicada as atividades voltadas ao abastecimento interno, tanto na produção de alimentos através da produção de cereais e tubérculos, como também na produção pecuária, especialmente nas atividades em torno do charque, da produção de carne verde, de queijos e couros. Essa população dedicava-se também em outras atividades focadas no comércio interno, como era o caso das plantações de algodão e as manufaturas de couros destinadas para as confecções de roupas, além da produção de artefatos utilizados na construção civil, especialmente aquelas atividades em torno da obtenção de madeiras, pedras, cerâmicas, telhas e também outros materiais para a argamassa na construção civil (Christillino, 2024).

A imensa maioria das pessoas morava no campo, como podemos observar nos dados do Censo de 1872. Através dele percebemos que a população brasileira estava distribuída de forma bastante escassa e irregular ao longo do imenso território do Brasil. O Império do Brasil havia chegado à casa dos dez milhões de habitantes, mas essa distribuição era bastante desigual: a província mais populosa era de Minas Gerais, que contava com cerca de dois milhões de habitantes, enquanto que a província do Mato Grosso pouco passava da casa de 170.000 almas, um número muito baixo para a época (Christillino, 2020).

Na década de 1870 percebemos um crescimento das cidades. O Censo de 1872 nos mostra que as 20 maiores cidades do Império do Brasil variavam no tamanho populacional entre 47 mil e 274 mil

habitantes. A nossa maior urbe era o Rio de Janeiro com 274.972 pessoas. A província do Rio de Janeiro ainda abrigava as cidades de Niterói, com 47.548 almas e Campos na casa de 88.832 indivíduos. Minas Gerais, a nossa província mais populosa, englobava o maior número de “cidades populosas”: a maior delas era o Serro, que contava com 67.436 pessoas; Ponte Nova, na casa dos 57.231 súditos do império; Queluz com 56.902 viventes; Sabará que abrigava 55.449; Minas Novas, na casa das 54.447 almas; Rio Pardo, com 51.583 habitantes; Grão Mogol, que nessa altura atingia 53.005; Santa Bárbara com 48.344 pessoas e Ouro Preto, a capital da província, com 48.214 habitantes, era apenas a oitava maior cidade de Minas Gerais (Christillino, 2020).

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto em versão impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que, na reprodução, figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

O48u Oliveira, Júlia Tereza Duarte de Oliveira.
A urbanização da Paraíba no final do século XIX e início do século XX (manuscrito): transformações socioeconômicas e espaciais em um contexto de modernização / Júlia Tereza Duarte de Oliveira Oliveira. - 2024.
20 f. : il. color.
Digitado.
Artigo Científico (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2024.
*Orientação - Prof. Dr. Cristiano Luís Christillino, Departamento de História - CH.
1. Modernização 2. Urbanização 3. Paraíba 4. Cidade de João Pessoa 5. Organização Urbana. I. Título
21. ed. CDD 981.33

Elaborada por Maria Suzana Diniz da Silva - CRB - 15/873 B8C3

A província da Bahia, nossa segunda unidade administrativa mais populosa também contava com um bom número de “cidades grandes”: a capital São Salvador contava com 129.109 habitantes; Cachoeira atingia a casa dos 88.181 habitantes; Minas do Rio das Contas contava com 59.893 almas; Santo Amaro abrangia 58.252 súditos do império e Feira de Santana chegava aos 51.696 seres. Pernambuco contava com duas cidades que figuravam entre as maiores do Brasil: Recife contava com 116.671 habitantes e Caruaru atingia 54.278 almas. Na província do Grão-Pará, Belém possuía 61.997 habitantes e era a maior urbe da Região Amazônica (Christillino, 2020).

O final do século XIX, frequentemente associado ao progresso e à civilização, era um sinal de novo crescimento, estabelecendo um contraste com o que era considerado, na maioria das vezes, tradicional ou antiquado. Isso se refere à maneira como as sociedades viam a si mesmas e suas culturas, caracterizado pela racionalidade e desenvolvimento. Foi influenciado pela ocidentalização, onde países do ocidente eram vistos como modelos a serem seguidos levando à marginalização de culturas que não seguiam esses novos padrões.

A palavra civilização, no final do século XIX, se aproximou de uma ação, de uma atitude que as cidades brasileiras da época vinham tomando, ou seja, civilizar, naquele momento, era o mesmo que copiar os padrões europeus. Praticar civilidade, para as elites, era o mesmo que agir conforme os preceitos europeus (Nóbrega, 2001, p. 10).

O crescimento da população urbana ao longo da história foi marcado por um avanço desordenado, que não foi acompanhado pela infraestrutura e pelos serviços necessários para atender a esse contingente. Até o presente momento, a urbanização no Brasil passou por diversas fases, variando

desde modelos inspirados na Europa, até documentos e planos que nem sequer apresentavam mapas. A primeira fase, denominada "planos de embelezamento", baseava-se nos padrões de ocidentalização, adotando preceitos dos países europeus, e tinha como objetivo retirar a população de baixa renda dos grandes centros urbanos para que a elite os ocupasse.

Em linhas gerais, seguia-se o ideal da ordem e do progresso, preconizando o desenvolvimento pleno do capitalismo para se chegar ao Estado Positivo. Nesse sentido os positivistas defendiam o avanço do mesmo sistema via industrialização e expansão da agropecuária baseada na pequena propriedade, principalmente por meio de colonização imigrante, pois nas áreas destas havia incipientes e crescentes indústrias e manufaturas, o que vinha ao encontro dos ideais daquele partido e também ao seu equilíbrio político. Isto se deve ao fato de que tal projeto desprestigiava e desfavorecia as elites fundiárias tradicionais. Foi em torno do desenvolvimento e alargamento desse projeto que trabalharam os positivistas no poder, aliando os seus interesses políticos aos ideológicos. O apoio eleitoral, pelo próprio crescimento demográfico nas cidades, garantiria os votos necessários para as eleições (Christillino, 2020).

O Rio de Janeiro, no século XIX, tornou-se a capital do Império em 1822, com a Proclamação da República. Com isso, a cidade passou por reformas urbanas e modernizadoras para abrigar a elite local. Essas reformas, que tinham o objetivo de "embelezar" a cidade, seguiam os modelos europeus. A alta sociedade carioca desejava ocupar os grandes centros, os quais já estavam sendo habitados pela população de baixa renda, uma vez que a cidade era conhecida como a "cidade do trabalho", e esses centros urbanos estavam próximos aos locais de emprego dessa população.

"Atrasado", era assim que se caracterizava o Rio de Janeiro no fim do século XIX. Ainda marcada pela escravidão a cidade do Rio de Janeiro era, em sua maioria, habitada por escravos e era tida como a cidade do trabalho, ela era vista como indesejável pela elite carioca pela sua falta de estrutura e suas ruas lotadas por pobres (Silva, 2018, p. 2).

O Rio de Janeiro foi a principal fonte de renda financeira e o principal centro comercial e industrial do Brasil. Após a abolição da escravatura, com a Lei Áurea, houve um aumento significativo da população, que passou a ser composto por comerciantes, artesãos, burocratas, militares e profissionais liberais. Essa população cresceu e ocupou os centros urbanos, muitas vezes instalando-se em cortiços, que eram na sua maioria casebres insalubres situados em casas abandonadas pela elite carioca. Essa elite, por sua vez, migrou para os arredores da cidade, onde estavam localizadas as famílias de maior poder aquisitivo.

Os cortiços se situavam em grandes casarões no centro comercial da cidade do Rio, esses casarões anteriormente pertenciam a membros da elite carioca que com o aumento da população pobre nos centros urbanos migraram para os arredores da cidade onde se concentraram as famílias com poder econômico (Silva, 2018, p. 6).

Os cortiços eram associados a doenças, prostituição e marginalidade em geral. Os higienistas afirmavam que os casos e fatores sociais eram responsáveis por intensificar as causas naturais das doenças que se proliferaram rapidamente, como a epidemia de febre amarela e peste bubônica, e que, portanto, primeiro seriam combatidos. O então prefeito da época, Barata Ribeiro, declarou em 26 de janeiro de 1893 que iria combater os cortiços através de políticas de limpeza urbana e saneamento, o que envolvia a expulsão da população mais pobre das áreas centrais. Assim, mandaram demolir a Cabeça de Porco, um cortiço que abrigava mais de 4 mil pessoas, para alargar ruas, abrir um túnel, construir prédios e explorar uma linha. Essas medidas visavam melhorar as condições de saúde e habitabilidade, mas também refletiam uma abordagem que priorizava a renovação urbana e a remoção da população mais vulnerável (Júnior *et al*, 2019)

No início do século XX, o Rio de Janeiro passou por uma reforma conhecida como Reforma Pereira Passos, uma tentativa de europeização da cultura brasileira através da adoção de costumes europeus. Seguir padrões de países como Londres e Paris era visto como sinônimo de modernidade e civilização. Inspirado por esses modelos, o prefeito Pereira Passos visou transformar a imagem do Brasil como um país atrasado, investindo em construção e reforma de ruas, ampliação de ruas e criação de sistema de saneamento básico. O objetivo era tornar o Rio de Janeiro uma cidade moderna e civilizada, à imagem de Paris, considerada o modelo ideal de urbanização e desenvolvimento na época (Silva, 2019).

Diferentemente de outras regiões do Brasil, o Nordeste não experimentou o mesmo ritmo de urbanização no século XIX. Na Paraíba, apesar de uma transformação significativa, o processo de urbanização enfrentou obstáculos. A principal atividade econômica, a produção de açúcar nos engenhos, não estimulou o desenvolvimento da infraestrutura urbana. Isso ocorreu porque os engenhos eram autossuficientes, atendendo às necessidades dos moradores e trabalhadores locais. Como resultado, o povoamento da Paraíba foi dificultado, pois, as necessidades básicas eram atendidas dentro dos engenhos, não havia incentivo para o crescimento de cidades. Esse cenário limitou o crescimento urbano da Paraíba durante o século XIX, contrastando com o progresso observado em outras regiões do país.

No final do século XIX, os anos avançavam, mas o ritmo do desenvolvimento urbano da Parahyba continuava lento. A expansão da atividade açucareira colonial muito contribuiu para o ritmo com que a cidade caminhava, uma vez que, sendo os engenhos unidades produtivas autônomas, a produção do açúcar proporcionava uma ocupação espacial geralmente em torno dos próprios engenhos. Assim, restando à cidade poucas funções além da comercial (porto e armazéns) (Nobrega, 2001, p. 10).

João Pessoa, capital da Paraíba, foi fundada em 5 de agosto de 1585 com o nome de Filipéia de Nossa Senhora das Neves. Sua criação reafirmou o domínio da Coroa Portuguesa frente às ameaças de invasão. Durante a ocupação holandesa (1634-1654), a cidade foi renomeada para Frederica, em homenagem ao príncipe Frederico Henrique da Casa de Orange. Após a expulsão dos holandeses e o retorno dos portugueses, a cidade passou a ser chamada de Paraíba do Norte, nome

que perdurou até a década de 1930. Em 1930, o nome foi alterado para João Pessoa, em homenagem ao político paraibano João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, assassinado naquele ano (Rodriguez, 1992).

As cidades fundadas pelos portugueses seguiam um padrão arquitetônico e urbanístico semelhante. João Pessoa, por exemplo, foi estabelecida em uma planície alta, próxima ao curso d'água do Rio Sanhauá e ao desenvolvimento do centro histórico. A cidade era dividida em duas áreas distintas: Cidade Alta abrigava edifícios religiosos, administrativos e as principais residências da elite local. Cidade Baixa (ou Varadouro) localizada às margens do rio, inicialmente foi utilizada para a construção do porto, armazéns e alfândega. Essa estrutura urbana refletia a hierarquia social e econômica da época.

A cidade desempenhava um papel secundário, servindo como ponto de controle do território. Essa "pouca importância" era evidenciada pela escassez de investimentos em infraestrutura e desenvolvimento urbano. Essa organização urbana refletia a visão colonial portuguesa, priorizando o controle territorial e a exploração econômica (Rodriguez, 1992) (Vianna, 2005).

Imagem 01: Praça Venâncio Neiva.



Fonte: Anônimo. Ângulo da Praça Venancio Neiva, c. 1925. João Pessoa, Paraíba / Acervo IMS.

A Parahyba do Norte era caracterizada por uma vida urbana de pouca intensidade, uma vez que os costumes rurais ainda predominavam. No entanto, a partir do final do século XIX, ocorreram transformações significativas, principalmente na Cidade Alta, onde reside uma elite local. Essas transformações representaram um marco de modernização no espaço urbano. Nessa área, os chamados "incrementos urbanos" foram implementados como parte de um processo de melhoria da infraestrutura. As posturas municipais desempenharam um papel determinante para ditar as regras de desenvolvimento e organização na Cidade Alta e nas outras regiões. As primeiras mudanças

incluiram o calçamento de ruas, a reconstrução de edifícios públicos e administrativos, a iluminação artificial e a implantação do ferro-carril (Vianna, 2005).

A falta de iluminação e abastecimento de água estava atrapalhando a realização de uma cidade moderna. A introdução da iluminação ocorreu em 1822, na Cidade Alta, e, em 1829, foi seguida na Cidade Baixa, utilizando lampiões de azeite de mamona. Essas mudanças, entretanto, não tiveram grande impacto no cotidiano dos paraibanos. Somente em 1912 a eletricidade chegou à cidade, beneficiando apenas a parte mais rica da população, enquanto a periferia ainda permanece sem luz elétrica.

A iluminação artificial dos espaços públicos, o incremento urbano que mais simboliza a cidade moderna, chegou à Cidade Alta em 1822, apenas nas ruas Direita e Nova, e em 1829 entendeu-se para a Cidade Baixa. Esta iluminação foi feita com os lampiões de azeite de mamona, iniciando um período de oscilação da cidade entre o claro e o escuro (Vianna *et al*, 2005, p. 5).

Na Paraíba, a chegada da ferrovia representou um grande avanço para a modernização do estado. A linha férrea ligou o interior paraibano ao porto de Cabedelo, facilitando o escoamento da produção açucareira e a circulação de pessoas. Essa inclusão influenciou o desenvolvimento de novas áreas urbanas ao longo de seu trajeto. A primeira tentativa de construir um sistema ferroviário ocorreu em 1871, mas não teve continuidade. Somente em 1880, a construção da estrada de ferro foi de fato iniciada e, um ano depois, foram inaugurados 30 km de trilhos que ligavam João Pessoa a Sapé. A concessão foi dada à Companhia Estrada de Ferro Conde D'Eu, e, a partir de 1882, a linha ganhou uma nova direção para o norte, chegando às cidades de Mulungu e Guarabira (Alves, s.d.).

Imagem 02: Estação Ferroviária de João Pessoa.



Imagem 03: Estação Ferroviária de João Pessoa e centro antigo.



Fonte: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/paraiba/joao.htm>.

1. TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E IMPACTOS URBANOS

A modernização e expansão urbana trouxeram impactos significativos para as relações sociais e econômicas do estado da Paraíba. Com o aumento da urbanização e a migração, diversas pessoas de diferentes regiões foram atraídas por oportunidades de trabalho. Esse aumento de fluxo diversificou a população, que agora incluía comerciantes, artesãos, profissionais liberais e trabalhadores rurais em busca de emprego na cidade. Essa nova configuração social nas cidades gerou uma mudança na estrutura econômica e cultural, introduzindo uma variedade de atividades econômicas e promovendo a interação entre diferentes grupos sociais. A cidade tornou-se, assim, um espaço de intercâmbio e transformação, com novas demandas por infraestrutura, serviços e políticas públicas para atender a essa população crescente e diversa (Silva, 2004).

A elite local, formada por proprietários de terras, comerciantes e profissionais liberais, afirmou o seu poder político e econômico ao controlar os principais cargos públicos e atividades do comércio nas cidades paraibanas. Essa elite buscava impor valores e padrões de seus comportamentos,

promovendo assim, a construção de teatros, clubes e escolas, que se tornavam espaços sociais distintos. Esses ambientes, exclusivos e voltados para reafirmar a posição social dos mais abastados, desempenhavam também um papel importante na disseminação de ideais e estilos de vida urbanos, moldando as normas culturais e sociais locais. Ao patrocinar e frequentar esses espaços, a elite local reafirmava seu status e influenciava a organização social da cidade, criando uma separação entre os diferentes grupos sociais e reforçando a hierarquia social urbana (Silva, 2004).

Com a modernização em curso, houve um aumento expressivo de conflitos sociais, os quais evidenciaram a desigualdade social, entre ricos e pobres. Essas condições de exploração da mão de obra e a falta de serviços básicos geraram tensões e manifestações populares, como a Revolta de Quebra Quilos, em todo o Nordeste em 1874, e a Guerra de Princesa, em 1896. A Revolta de Quebra Quilos ocorre devido ao aumento de impostos e a novas medidas fiscais, as quais impactaram especialmente as classes mais baixas. Já a Guerra de Princesa, que se desenvolveu na Paraíba, refletiu o descontentamento com o governo estadual em questões locais. Essas revoltas foram expressões de resistência contra as condições impostas pela modernização desigual, que beneficiava principalmente as elites, deixando grande parte da população à margem dos avanços urbanos e econômicos. (Medeiros, 2020; Calichio, s.d.).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A urbanização da Paraíba no final do século XIX, foi um processo complexo e multifacetado, impulsionado pela modernização econômica, pela chegada da ferrovia e pela influência das ideias republicanas, que afetaram não só a Paraíba, mas toda a sociedade brasileira. Este período foi marcado pela transição de um país com costumes rurais, baseado em engenhos de açúcar e na força do trabalho escravo, para uma sociedade com hábitos urbanos especialmente nas cidades litorâneas, como João Pessoa.

Com o desenvolvimento dos centros urbanos e a necessidade de infraestrutura e serviços básicos, as cidades paraibanas começaram a crescer, embora de forma lenta e limitada devido às dificuldades econômicas e a dependência de uma economia agrária. Esse processo foi marcado pela

concentração de investimentos nos litorais e em áreas de fácil acesso ao comércio marítimo, enquanto o interior do estado apresentava um crescimento mais modesto, muitas vezes voltado à subsistência.

A Paraíba começou a experimentar os primeiros movimentos de transformações urbanas, ainda que de maneira incipiente, em cidades como João Pessoa, então conhecida como Paraíba, e outras regiões importantes no interior. Contudo, a urbanização não foi uniforme refletindo assim, as desigualdades sociais e a concentração do desenvolvimento nas áreas centrais das cidades, onde residiam as elites locais.

A infraestrutura urbana, mesmo que simples, foi sendo moldada com a construção de prédios públicos, igrejas, praças e mercados, espaços que também reforçaram as hierarquias sociais e o controle do estado sobre o espaço urbano. Além disso, as cidades passaram a ser polos de circulação de ideias, influenciando as transformações culturais que contribuíram para a formação de uma identidade urbana. Como em várias partes do Brasil, inclusive na Paraíba o fluxo intenso da migração rural-urbana, o que contribuiu para o crescimento e a diversificação.

Com o aumento da população urbana, novas dinâmicas sociais começaram a se consolidar. A cidade passou a ter uma população mais heterogênea em termos de origem e ocupação, o que estimulou a emergência de uma classe urbana em expansão. Pequenos comerciantes, trabalhadores de serviços e setores industriais – embora ainda limitados na Paraíba – foram compondo uma nova estrutura econômica. Esse ambiente urbano favoreceu o desenvolvimento de bairros comerciais, o surgimento de feiras e uma cultura urbana distinta, em que as trocas culturais entre diferentes grupos marcaram a vida cotidiana.

Por outro lado, o crescimento acelerado trouxe também dificuldades. A desigualdade social tornou-se mais evidente nas áreas urbanas, uma vez que muitos dos migrantes enfrentam a precarização das condições de trabalho e habitação. A ocupação desordenada focada na formação de bairros periféricos, muitas vezes carentes de infraestrutura básica como saneamento, pavimentação e serviços de saúde. A necessidade de um planejamento urbano eficaz tornou-se presente, mas nem sempre foi atendida de forma eficiente, o que fez com que alguns problemas persistem ou até se agravassem.

Este artigo buscou contribuir para a compreensão da urbanização da Paraíba no final do século XIX, destacando as transformações socioeconômicas e espaciais que moldaram as cidades nesse período crucial de sua história. A pesquisa ressalta a importância de considerar a complexidade e a diversidade dos processos de urbanização, que envolvem não apenas mudanças materiais, mas também transformações nas relações sociais, na cultura e na identidade das comunidades urbanas.

REFERÊNCIAS

ALVES Ferreira Janaína; OLIVEIRA Melo de Vieira Victor. **Estudo da malha ferroviária de João Pessoa-Paraíba**: importância e avaliação da acessibilidade. [s.d.]. [s.l].

ARAÚJO, Edna Maria Nóbrega. **Uma cidade, muitas tramas**: a cidade da Parahyba e seus encontros com a modernidade (1880-1920). Recife: Dissertação de Mestrado em História/Universidade Federal de Pernambuco, 2001.

CALICHIO, Vera. Princesa, revolta de. **FGV**, [sd], [sl].

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **Presidentes de província, administração e a cultura política no Segundo Reinado**: algumas notas *In*: Christillino, C. L.; SCHETTINI, V. Política e sociedade no Brasil oitocentista. Recife: Ed. UFPE, 2020, p. 139-164.

CHRISTILLINO, C. L.; TEODULO, J. M. R. A proposta de reestruturação administrativa do Império do Brasil de Francisco Adolfo Varnhagen. **REVISTA DE ESTUDOS DE CULTURA**, v. 10, p. 149-164, 2024.

CHRISTILLINO, C. L. Vinho velho em pipa nova: as propostas de Varnhagen para a reformulação da Lei de Terras de 1850. **ANOS 90** (ONLINE), (PORTO ALEGRE), v. 01, p. 01-17, 2020.

NEVES, Margarida de Souza. **Uma cidade entre dois mundos – O Rio de Janeiro no final do século XIX**. *In*: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). O Brasil Imperial. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. v. III – 1870-1889.

OLIVEIRA, Maria Luísa Ferreira. **Uma senhora na rua do imperador**: população e transformações urbanas na cidade de São Paulo, 1870-1890. *In*: Keila Grinberg; Ricardo Salles. (Org.). O Brasil Imperial. 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, v. 3, p. 155-198.

OCTÁVIO, José. (org.). **A Paraíba das origens à urbanização**. João Pessoa: Fundação Casa de José Américo, 1983.

RODRIGUEZ, Walfredo. **Roteiro sentimental de uma cidade**. João Pessoa: A União, 1994.

SILVA, Maria Lígia Tavares da. Características da urbanização na Paraíba. **Revista Caderno do LOGEPA**, ano 3, n. 5, pág. jul./dez. 2004.

VIANNA, Ana Carolina Strapação Guedes; SALES, Andréa Leandra Porto; MAIA, Doralice Sátyro; ANDRADE, Rita de Cássia Gregório de. A Cidade Alta e a Cidade Baixa: duas unidades de uma mesma cidade, João Pessoa – PB. *In: Encontro de Geógrafos da América Latina, X.*, 2005, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.